

RESOLUÇÃO № 1, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

Altera as denominações e especifica as competências da 5º e da 6º Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, por deliberação de seus membros na 7ª Sessão Ordinária de 2024 do Tribunal Pleno, realizada hoje no Plenário Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares, e

CONSIDERANDO a autonomia administrativa assegurada pelo art. 96, I, "a", da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a existência de seis Varas Cíveis e Empresariais na Comarca de Santarém, cujas competências foram definidas pela Resolução nº 26, de 6 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que a 5º Vara Cível e Empresarial de Santarém possui competência privativa para processar e julgar feitos relativos à infância e juventude, incluindo os atinentes a ausentes e interditos (curatelas);

CONSIDERANDO que a 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém possui competência privativa para processar os feitos envolvendo a Fazenda Pública e, por distribuição, os demais relativos às áreas cível e comércio;

CONSIDERANDO que, segundo estudo do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) dos processos recebidos entre os anos de 2019 e 2022 na 6ª Vara



Cível e Empresarial de Santarém envolvem a Fazenda Pública ou são referentes à execução fiscal;

CONSIDERANDO que a reorganização de competências visa a otimizar os trabalhos, melhorando os serviços judiciais, visando a evitar a ocorrência de desequilíbrio fora de proporção entre as diversas unidades judiciárias locais; e

CONSIDERANDO a deliberação dos membros da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos, constante do expediente TJPA-PRO-2014/00252, em tramitação no SIGA-DOC.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar as denominações e especificar as competências da 5º e da 6º Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém.

Art. 2º A 5ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém passa a ser denominada Vara da Infância e Juventude, Interditos e Ausentes de Santarém, com competência privativa para processar e julgar feitos relativos à infância e juventude, incluindo os atinentes a ausentes e interditos (curatelas).

Art. 3º A 6ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém passa a ser denominada Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal de Santarém, com competência privativa para processar e julgar feitos envolvendo a Fazenda Pública ou relativos a execução fiscal.

Art. 4º Os processos em tramitação na então 6º Vara Cível e Empresarial de Santarém, que versarem sobre matéria diversa de Fazenda Pública e execução fiscal, não deverão ser redistribuídos, permanecendo na Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal de Santarém até o respectivo trânsito em julgado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Belém, 28 de fevereiro de 2024.

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO F. BITAR CUNHA Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Desembargador LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS



Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

Desembargadora KÉDIMA PACÍFICO LYRA

Desembargador AMÍLCAR GUIMARÃES

Desembargadora MARGUI GASPAR BITTENCOURT

Desembargador PEDRO PINHEIRO SOTERO

Desembargadora LUANA DE NAZARETH AMARAL HENRIQUES SANTALICES

Desembargador ALEX PINHEIRO CENTENO

Desembargador JOSÉ TORQUATO DE ARAÚJO DE ALENCAR

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7780/2024 - 29 de Fevereiro de 2024